



Feminismo, trabalho e cuidados: por todas nós, pela minha mãe!

Feminism. Work and Care: for all of us, for my mother!

Jorgetânia da Silva Ferreira¹

RESUMO

O presente artigo faz um balanço dos feminismos no contexto atual, com destaque para a experiência brasileira. Aborda a importância de pensar um feminismo que dialogue com os saberes acumulados pelas mulheres e que considere a intersecção de gênero, classe, raça, geração, deficiências. Defende a centralidade do debate acerca do trabalho doméstico e cuidados e a necessidade de um feminismo para as maiorias.

PALAVRAS CHAVE: Feminismo. Mulheres. Trabalho Doméstico. Cuidados.

ABSTRACT

This article takes stock of feminisms in the current context, highlighting the Brazilian experience. It addresses the importance of thinking about a feminism that takes into account the knowledge accumulated by women and considers the intersection of gender, class, race, generation, disabilities. It defends the centrality of the debate about domestic work and care and the need for a feminism for the majority.

KEYWORDS: Feminism. Women. Domestic Work. Care.

* * *

O feminismo está em discussão e precisa dar passos a frente para ser das maiorias. Sabemos que as lutas das mulheres vêm de longe, embora nem sempre reconhecidas como lutas feministas. Neste sentido o momento atual, a diversidade das experiências das mulheres, impõe pluralizar os feminismos e mulheres invisibilizadas, exploradas e oprimidas. De acordo com Joana Maria Pedro (2012) o feminismo tem como centro as lutas contra a opressão específica das mulheres e vem mostrar que as relações entre homens e mulheres não são

¹ Mãe, feminista, professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, atuando na graduação nos cursos de História e Jornalismo e no Programa de Pós Graduação em História da UFU. É mídiativista e colunista na Mídia Ninja. Coordena o Núcleo de Estudos de Gênero da UFU. Doutora em História pela PUC-SP, estudou as experiências de trabalhadoras domésticas e donas de casa. É militante do movimento sindical docente, tendo sido presidenta da ADUFU de 2013-2017. em 2018 foi candidata a deputada federal pelo PSOL-MG. E-mail: professorajorgetania@gmail.com.

inscritas na natureza mas fruto da cultura e possível de transformação. Neste sentido recuperamos o conceito de gênero, que já nos anos de 1990 Joan Scott contribuiu para torná-lo bastante difundido no Brasil:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. (SCOTT, p.3)

Scott vai propor gênero como categoria de análise, compreendida como forma primeira de compreender as relações de poder. Essa compreensão foi um avanço importante à medida em que prioriza as relações sociais e não os aspectos biológicos das diferenças entre homens e mulheres.

Há portanto um paralelo e algumas intersecções entre as lutas das mulheres em geral e os estudos feministas e de gênero. Há também desencontros. Neste artigo procuraremos abordar essas aproximações, distanciamentos e os desafios do feminismo no contexto atual.

Parto da compreensão de que as resistências às opressões de gênero tem uma temporalidade bastante anterior aos estudos feministas. Certamente a ampliação de nossa percepção sobre o passado nos permitiria ver nas lutas de mulheres de outros tempos e lugares como lutas feministas.

O termo feminista teve, por muito tempo, uma conotação negativa e de certa forma continua tendo, para parte da população brasileira.² A partir das lutas, em diferentes momentos históricos, as mulheres procuraram romper com esses estereótipos e com as opressões e desigualdades a que estavam submetidas,

² Carregava o estigma de ser a luta de mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal amadas, ressentidas e anti-homens (PEDRO, 2012).

seja a partir da luta pelo direito à participação na política institucional, no mercado de trabalho, na luta pelo corpo “meu corpo, minhas regras”

Foram lutas fundamentais para o que nós, mulheres, pudéssemos chegar até aqui:

Graças ao feminismo organizado, mudanças importantes ocorreram no Brasil, por exemplo, as garantidas na Constituição de 1988 ou a famosa lei Maria da Penha, que procura coibir a violência contra as mulheres. Se, hoje, o assunto sexo não é mais o tabu de antigamente ou se os brasileiros convivem mais tranquilamente com a ideia das mulheres em cargos de chefia, devemos reconhecer, nessas conquistas, a grande influência das lutas feministas. (PEDRO, 2012: p. 255)

O feminismo continua sendo essencial em um mundo que ama os homens e despreza as mulheres. O feminicídio, a violência de gênero, a diferença salarial entre homens e mulheres, a sobrecarga no trabalho doméstico e nos cuidados, as exigências e o controle sobre nossos corpos, a interdição à participação política e tantos outros indicadores nos mostram como o feminismo, essa luta por igualdade continua na ordem do dia.

Mas o feminismo re-conhecido não era para todas. Quais mulheres puderam se ocupar da luta pelo sufrágio universal? No século XIX as mulheres negras brasileiras estavam na luta contra a escravização que as interditaram da cidadania limitada existente no país. As mulheres pobres brancas, em sua maioria, como as negras, não tinham acesso à educação formal e não poderiam portanto, participar das lutas consideradas feministas, centradas nas experiências das mulheres escolarizadas, dos setores médios e altos em termos de renda, no século XX.

Em “*A “Primavera das Mulheres” nos impasses atuais da democracia no Brasil*”, PEDRO e LEMES apresentam uma síntese do que se convencionou chamar as ondas do feminismo no Brasil:

Na “Primeira Onda”, as mulheres brasileiras – em sua maioria de elite e camadas médias altas –, usaram periódicos, panfletos, aviões para espalhar panfletos pela cidade e muito lobby junto aos parlamentares –muitos deles seus

familiares –, para conquistar o direito ao voto (HAHNER,2003). As mulheres da “Segunda Onda” utilizaram-se, principalmente, de periódicos e de reuniões – nos grupos de consciência, além de manifestações de rua, pichação de muros, e encontros. As de “Terceira Onda” utilizaram livros e revistas acadêmicas, fundamentando, teoricamente, o campo de conhecimento. As de “Quarta Onda” tornaram-se especialista em redes sociais da Internet e a utilizam para divulgar suas propostas e protestos, e convocar todas para gigantescas manifestações de rua. (PEDRO & LEMES, 2019, p. 81)

O feminismo trouxe grandes conquistas para as mulheres no Brasil. Todas essas conquistas que tivemos como o direito de votar e sermos votadas, o direito à igualdade na legislação trabalhista, no código civil, na Constituição Federal são fundamentais, importantes e necessárias e foram fruto de lutas das mulheres. Reconhecê-las como importantes não nos desobriga de às vê-las também como limitadas. Quem são as mulheres que podem usar aviões para espalhar panfletos? Quem são as mulheres escolarizadas que vão produzir panfletos nos séculos XIX e XX? Quais são as mulheres que puderam se reunir nos grupos de consciência no Brasil nos anos da ditadura civil-militar? Quais são as mulheres que participaram/participam dos Núcleos de Gênero nas universidades? Que mulheres têm acesso a internet e a utiliza para os protestos na atualidade? Por mais que se tenha ampliado o acesso à escolarização e a internet há ainda uma concentração em segmentos privilegiados. Essa história é a história, em regra, das mulheres brancas, setores médios e escolarizados. Importa portanto, pensar e amplificar vozes de outras mulheres, que também contribuíram para as transformações sociais mas que não foram e /não são vistas em seus movimentos. Suas pautas também eram/são outras e/ou estiveram muito ocupadas trabalhando, para ter tempo para lutar pelo direito de trabalhar, por exemplo. ³

³ Essa discussão é importante porque há uma uma ideia equivocada e difundida quase como verdade de que as mulheres começaram a trabalhar nos anos de 1970, desconsiderando que as mulheres pobres sempre trabalharam e tiveram suas experiências de trabalho desconsideradas pela sociedade em diferentes momentos históricos. O trabalho que a maioria das mulheres realizam foi também desvalorizado pelos estudos “clássicos” feministas, uma vez que colocou no centro o trabalho assalariado. Para um aprofundamento dessa reflexão ver: MAGALHÃES, Acelí de Assis. História de Mulheres: considerações sobre a privação e a privacidade na história das mulheres. São Paulo: Altana, 2001.

O feminismo negro trouxe esse questionamento ao feminismo que se passava como universal mas que desconsiderava as desigualdades de raça e classe⁴. Neste sentido foi e continua sendo fundamental a compreensão interseccional:

Interseccionalidade é uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. Trata-se de oferenda analítica preparada pelas feministas negras. Conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação. Sensibilidade analítica, a interseccionalidade completa no próximo semestre 30 anos, quando a sua proponente teorizou a sugestão histórica pensada pelo movimento de mulheres negras. É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e

⁴ “O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Diversas premissas fundamentam essa definição em construção. Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras (Berger & Luckmann, 1996; Mannheim, 1954). Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. Portanto, temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas. Por último, a definição pressupõe que, embora o ponto de vista de mulheres negras exista, seus contornos podem ainda não se dar de forma clara para as próprias mulheres negras. Logo, um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. Em outras palavras, o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns

Não existe uma plataforma feminista negra a partir da qual se possa medir a “precisão” de uma pensadora; nem deveria haver uma. Em vez disso, como defini acima, existe uma longa e rica tradição de um pensamento feminista negro. Grande parte deste pensamento tem sido produzido de forma oral por mulheres negras comuns, em seus papéis de mães, professoras, músicas e pastoras. Desde o movimento dos direitos civis e do feminismo, as ideias de mulheres negras têm sido cada vez mais documentadas e está atingindo um público mais amplo. A discussão que será feita a seguir sobre os três temas chaves no pensamento feminista negro é em si mesmo parte desse processo emergente de documentação e interpretação. Os três temas que escolhi não são exaustivos, mas, na minha avaliação, representam a tendência dominante do diálogo existente.”

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo-com a outsider within-a-significação-sociologica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016. p 102-103.

cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. (AKOTIRENE, 2019)

A partir dessa ferramenta de análise, temos a necessidade de considerar que as mulheres vivem suas experiências de forma variada, a partir de sua inserção de classe, sua raça e sua identidade de gênero, deficiências, geração, entre outros fatores de diferenciação, que geram dificuldades ou privilégios.

Mesmo que mulheres negras individuais fossem ativas no movimento feminista contemporâneo desde seu início, elas não foram os indivíduos que se tornaram “estrelas” do movimento que atraía a atenção da mídia de massa. Muitas vezes, essas mulheres negras ativistas do movimento feminista eram feministas revolucionárias (como várias lésbicas brancas). Elas já discordavam de feministas reformistas que estavam decididas a projetar a noção de movimento como se ele fosse exclusivamente, pela igualdade entre as mulheres e homens no sistema existente. Mesmo antes de raça se tornar uma questão debatida nos círculos feministas, estava claro para as mulheres negras (e para as revolucionárias aliadas da luta) que jamais alcançariam igualdade dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca existente. (HOOKS, 2019: p. 20).

Hooks defende a ideia de que o feminismo é necessário e que precisa ser para todo mundo. Em seu livro “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras” aponta a importância das mulheres combaterem o sexismo entre nós, que segundo a autora é a socialização que todas nós recebemos, assim como os homens.

Mas as mulheres não poderiam se juntar para promover o feminismo sem confrontar o nosso pensamento sexista. A sororidade não seria poderosa enquanto mulheres estivessem em guerra, competindo umas com as outras. Visões utópicas de sororidade baseadas apenas na consciência da realidade ⁵de que mulheres eram

⁵ É importante destacar que autoras importantes para o feminismo negro, que traz uma perspectiva interseccional tiveram um atraso de décadas para terem seus trabalhos publicados no Brasil. Trabalhos de Ângela Davis da década de 80 foram publicados pela Boitempo em 2017 como “Mulheres, Cultura e Política”, o trabalho de Patrícia Hill Collins “Pensamento Feminista Negro que é de 2000 foi publicado também pela Boitempo em 2019, trabalho de Bell Hooks “O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras” foi publicado no Brasil em 2018. Sem contar o fato de

de alguma maneira vitimizadas pela dominação masculina foram quebradas pela discussão de raça e classe. HOOKS, 2019).

Da mesma maneira vai defender a participação dos homens nas lutas feministas, porque segundo ela não será possível mudar o mundo sem eles. Dessa maneira Hooks acredita que o feminismo se tornará mais popular e deverá fugir do estigma de movimento anti homem.

Mesmo nessa bibliografia mais atualizada e comprometida com um feminismo para as maiorias, autoras como Joana Maria Pedro e Bell Hooks partem de seu lugar de fala como escritoras, feministas, uma brasileira e outra estadunidense, e tem uma percepção de avanços na igualdade de gênero que não podem ser generalizadas. Assim, veem mais avanços que a realidade concreta da maior parte das mulheres.

Feminismos e trabalho doméstico

O trabalho doméstico é um tema incômodo para os estudos feministas porque escancara a desigualdade de classe, gênero, gênero e geração. Muitas teóricas do feminismo só puderam dedicar aos estudos feministas, às suas profissões melhor remuneradas e reconhecidas, porque contaram com trabalho de outras mulheres, pobres e em geral negras, no âmbito doméstico. Essa constatação pode nos levar a conclusões equivocadas. Embora seja necessário, como ponto de partida, que as feministas brancas, escolarizadas, cisgêneras, de setores médios reconheçam seus privilégios em relação às mulheres com deficiência, negras, indígenas, transgêneras, pobres, sem escolarização, velhas e, reconhecendo seus privilégios, estabeleçam entre elas uma sororidade honesta, a contradição do trabalho doméstico remunerado é do capitalismo e do patriarcado e não das mulheres individualmente, embora essas tenham um papel nesta mudança e seja necessário um posicionamento crítico. Se não reconhecemos isso passamos a culpabilizar as mulheres dos setores médios, de forma violenta, diferente do que fazemos com os homens de esquerda. Ninguém questiona que a produção

que autoras brasileiras negras importantes para o feminismo brasileiro tem dificuldade de serem reconhecidas.

masculina está sustentada no trabalho doméstico de outras mulheres e muito menos questionam por contratarem profissionais para tarefas domésticas historicamente tidas como masculinas como pedreiros, encanadores, eletricitas, jardineiros. A superação dessa desigualdade não depende da vontade individual mas de uma mudança da estrutura capitalista, machista, misógina, capacitista, idadista, heteronormativa da sociedade em que vivemos.

Lembro-me de quando mulheres feministas, principalmente as brancas com privilégios de classe, debatiam se deveriam ou não contratar ajuda para trabalhos domésticos, tentando criar uma maneira de não participar da subordinação e da desumanização de mulheres menos favorecidas. Algumas daquelas mulheres foram bem-sucedidas em criar uma ligação positiva entre elas e as mulheres que contratavam, de forma que pudesse haver avanço mútuo em um contexto de maior de desigualdade. Em vez de abandonar o conceito de sororidade, porque não poderiam alcançar um estado utópico, criaram uma verdadeira sororidade, tal que levasse em consideração as necessidades de todas as envolvidas. Esse foi o trabalho árduo de solidariedade feminista entre mulheres. Infelizmente, quando o oportunismo dentro do feminismo se intensificou, quando as conquistas feministas se tornaram lugar-comum e passaram a ser vistas como pressupostos garantidos, várias mulheres não quiseram se dedicar ao trabalho de criar e sustentar solidariedade. (HOOKS, 2019: 37).

Concluimos com Hooks, ser necessário a percepção das desigualdades entre as mulheres, e a importância de um feminismo revolucionário para alterar essas desigualdades. No processo, a aliança entre as mulheres desiguais pode se dar à medida em que as que têm mais poder e privilégios possam reconhecer e agir por relações mais iguais. Para Hooks, ainda assim a sororidade não só é possível como poderosa.

Assim, talvez não basta negar a existência do trabalho doméstico. As lutas feministas apontam a importância da redistribuição do mesmo, seja pelo aporte das políticas públicas, seja na redivisão na esfera doméstica, entre seus membros. A bibliografia sobre o trabalho doméstico no Brasil, especialmente dos anos de 1970, apontava a perspectiva de superação do trabalho doméstico individual por alternativas estatais: lavanderias, restaurantes, creches, escolas. O cuidado

deveria ser uma atribuição do Estado e do coletivo e não das unidades familiares. Já nos anos 90 houve foi implementado um projeto de nação em sentido contrário, com as reformas nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Com os governos do PT houve uma ampliação de algumas políticas públicas, ainda insuficientes e nos governos pós golpe de 2016 houve um recuo na perspectiva de compreender o papel do Estado nos cuidados. A Emenda Constitucional 95, que tramitou na Câmara Federal como PEC 241, é, neste sentido, um duro golpe nos direitos sociais, uma vez que impõe um teto de gastos nas áreas sociais, restringindo o uso dos recursos públicos nas políticas de saúde, educação, assistência. Não são limitados nesta lei os gastos com os serviços da dívida, aprofundando a lógica elitista e favorecedora do capital financeiro.

Sem políticas públicas o trabalho doméstico continuou, em grande medida, no domicílio. Com a não superação do trabalho doméstico na esfera privada, ausência de políticas públicas que deem suporte ao cuidado e com a concentração do trabalho doméstico nas mãos das mulheres, a solução encontrada pelas classes médias e altas, é o emprego de mulheres como trabalhadoras domésticas. Isso faz com que o emprego doméstico mantenha-se como um dos principais campos de emprego, sendo a maior ocupação das mulheres no Brasil. (FERREIRA, 2010).

Em 2013, depois de anos de muita polêmica foi aprovada a PEC das Domésticas, com vista a equiparar os direitos das trabalhadoras domésticas. Novamente houve um alvoroço amplamente divulgado pela mídia sobre os prejuízos que a nova lei traria, tanto para as famílias empregadoras quanto para as trabalhadoras domésticas que poderiam perder seus empregos. Essa discussão é a mesma que toda proposta de ampliação de direitos provoca no Brasil desde a chamada “abolição” e toda regulamentação de direitos das domésticas, como também ocorreu nos anos 70, quando da aprovação da lei nº 5.859 (11/12/1972), que garantiu alguns poucos direitos às domésticas.

Inicialmente cabe destacar que houve um aumento no número de unidades de consumo que contrataram trabalhadoras domésticas entre os anos de 2002/2003 e 2008/2009, quando foram realizadas as duas últimas POFs¹⁹. No começo da série, cerca de 18% das unidades de consumo contratavam trabalho doméstico, valor

que sobe para 19,3% nos anos seguintes. Esta é mais uma informação que contraria a tese difundida recentemente de que o trabalho doméstico estaria acabando e de que haveria uma queda na oferta deste serviço, evidenciada pela maior dificuldade em encontrar uma trabalhadora disponível para o trabalho. Mais interessante, porém, é perceber que este é um serviço contratado prioritariamente por famílias de renda elevada. A tabela abaixo mostra que cerca de 2/3 das famílias que se encontram entre as 10% mais ricas da população 20 contratam serviços de trabalho doméstico, independentemente do vínculo (formal/informal) ou da frequência (mensalista/diarista). Entre as famílias na base da distribuição, menos de 3% têm a possibilidade de despender recursos com este tipo de serviço. É possível notar uma relação diretamente proporcional entre existência de despesa com trabalho doméstico e renda familiar. Quanto mais no topo da distribuição de renda, maior a chance de a família contar com serviço doméstico. Este comportamento se repete em todas as regiões do país, sendo mais intenso no Sudeste (onde 73% das famílias no décimo mais rico contratam trabalho doméstico) e menos no Norte (onde esse valor alcança 57%). (BRASIL, INEP, 2012, P. 19)

O trabalho doméstico remunerado expressa a desigualdade econômica e quanto maior a desigualdade maior possibilidade de compra do trabalho de outra pessoa para a realização do trabalho doméstico (BRITES, 2007). Infelizmente os avanços nos direitos das trabalhadoras domésticas vieram tão tardiamente e, se perderam em muito pouco tempo, uma vez que as contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro estão acabando com os direitos da classe trabalhadora como um todo e as domésticas

Feminismo das maiorias para bem viver

No século XX as mulheres brasileiras obtiveram, a partir de suas lutas, diversas conquistas. Saímos da minoridade frente ao Código Civil para igualdade formal, pudemos votar e sermos votadas e nos transformamos em maioria em todos os níveis de ensino. Ampliamos a participação no mercado de trabalho formal,

embora tenhamos continuado ganhando menos, mesmo ocupando os mesmo cargos que os homens. Com o governo Lula as pautas feministas foram, em alguma medida, acolhidas, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, órgão com status de ministério, que articulou as demandas dos movimentos de mulheres no conjunto do governo. Em 2010 elegemos a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Em 2014 Dilma Rousseff foi reeleita e derrubada por golpe em 2016. Vimos florescer conquistas feministas mas também o recrudescimento do conservadorismo, do machismo, da misoginia, dos discursos de ódio, que culminou em 2018 no feminicídio político de Marielle Franco, ativista, vereadora do PSOL do Rio de Janeiro. O golpe contra a presidenta Dilma foi um golpe para destruir direitos da classe trabalhadora, para entregar as riquezas do Brasil para a setor privado mas teve também uma dimensão simbólica importante. Era preciso parar as lutas das mulheres.

O golpe que visa tirar Dilma Rousseff do poder tem sua base mais profunda no machismo dos que nunca aceitaram ser governados por uma mulher. Entretanto, nesse cenário todo, o contexto em que o golpe se apresenta é maior do que o machismo. É a demonstração clara e evidente de misoginia, do ódio às mulheres, do ódio do empoderamento que as mulheres têm adquirido ao longo dos anos. O congresso conservador que nos representa tem sistematicamente proposto projetos de lei que significam o retrocesso aos direitos das mulheres. Direitos que foram conquistados com muita luta e demora. (BISCAIA, 2018, p. 88)

Se esse foi um golpe contra a mulher Dilma Rousseff, que inclusive foi mais defendida pelas mulheres que pelos homens, com as estruturas partidárias machistas das esquerdas, incluindo setores do PT, podemos avaliar, que esse também foi, em sentido subjetivo e objetivo, um golpe contra as mulheres. A diminuição do papel do Estado tem um impacto diferenciado se levamos em conta a dimensão de gênero e raça. Sabemos que as mulheres foram, historicamente, responsabilizadas pelos cuidados com crianças, idosos, pessoas com deficiência e adoecidas. Assim, a crise econômica e as políticas de “austeridade” levadas à máxima potência nos governos Temer e Bolsonaro acabam por pesar mais sobre as mulheres

porque são elas que acessam as políticas públicas para garantir direitos como educação, saúde e alimentação. Nesse sentido, podemos pensar este contexto como regressista, em que a discussão de gênero teve/tem grande relevo. Mesmo antes da queda da presidenta, uma movimentação conservadora trabalhou com êxito pela retirada das temáticas de gênero e sexualidade dos planos de educação, no que convencionaram chamar de “ideologia de gênero”. Nessa mesma linha, os projetos da chamada “Escola Sem Partido”, que sabemos significa escola de pensamento único, com um viés ideológico conservador, buscaram/buscaram cercear docentes de sua autonomia, como se as crianças e adolescentes não pudessem ter acesso aos conhecimentos produzidos nas diferentes áreas do conhecimento e formarem sua própria opinião.

O feminismo trouxe conquistas importantes para as mulheres, mas desde as origens há confrontos entre os feminismos e precisamos de um feminismo para as maiorias. Já vimos que mesmo com avanços em pautas importantes, neste modelo de sociedade não há espaço para as mulheres. Somos nós as primeiras a perder direitos nas crises do capital, como no caso das trabalhadoras domésticas brasileiras que mal conseguiram seus direitos por meio da PEC das Domésticas e já não tem mais nem a garantia do salário mínimo com a Reforma Trabalhista de Temer. O feminismo exige uma radicalidade das feministas anticapitalistas, ecossocialistas, antirracistas, antilgbtfóbicas, anticapacitistas. Nesta perspectiva foi lançado em 2019 nos EUA “Feminism for the 99 Percent: a Manifest”, traduzido no Brasil pela Boitempo, inspirado nas greves de mulheres iniciadas em 2016 na Polônia, que logo chegou à Argentina com o movimento “Ni una menos” e vários outros países, politizando o dia Internacional de Luta das Mulheres “as grevistas reestabeleceram as raízes históricas quase esquecidas desta data: a classe trabalhadora e o feminismo socialista”. Com uma crítica contundente ao feminismo liberal, caracterizado como aquele que permite:

... que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade centrada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo

corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade mas meritocracia. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37)

O feminismo para os 99% tem uma resposta para as maiorias frente aos impasses da vida humana da sociedade atual e não vê possibilidades de acordos ou arranjos com o sistema vigente:

... o feminismo que vislumbramos tem como objetivo atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, le luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria - das mulheres, das pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres queer, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital os explora. E isso não é tudo. Esse feminismo não se limita às “questões das mulheres” como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. E é por isso que o chamamos *feminismo para os 99%*. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37)

Esse manifesto, bem como os estudos de Bell Hooks, apontam a necessidade do feminismo se tornar mais popular, porque diz respeito às experiências das maiorias mas tem ficado em bolhas e não tem dialogado com as demandas das mulheres. Urge uma presença feminista em vários espaços populares, onde no caso brasileiro, só tem chegado a polícia, o tráfico e as igrejas mais reacionárias, que muitas vezes nem poderiam ser consideradas religiões mas um grande negócio. Mas o feminismo também precisa ampliar o diálogo acerca das crenças, da espiritualidade, do debate sobre família para não ficar nos estigmas e preconceitos que quer nos isolar.

Neste embate de projetos, no contexto da sociedade em que vivemos tem uma disputa importante em torno do tempo.

Esta função de cuidado, realizada em sua maioria por mulheres – mães ou não mães – precisa urgentemente ser valorizada. Mais que isso: reconhecida e compartilhada como co-responsabilidade de toda a sociedade, para muito além da dimensão familiar. A responsabilidade dos cuidados com as crianças não pode ser vista como dever e obrigação inerente às mulheres mães. Enquanto a coletividade se eximir de sua responsabilidade neste ciclo fundamental de cuidados, mulheres mães continuarão a ser sobrecarregadas, culpabilizadas, apartadas e excluídas dos espaços de discussão e decisão políticas. (MÂENIFESTO, Florianópolis, 2017)

Neste mesmo sentido A “Revolução dos Cuidados” defende que:

... os trabalhos que sustentam a vida devem situar-se no centro da organização social e devem poder ser oferecidos no quadro de relações de compromisso e responsabilidade livres e escolhidas, mas não porque sejam sempre bonitos e deem sentido a nossas vidas, como às vezes acontece, porque em muitas outras ocasiões são duros e pesados. E apesar de tudo, são imprescindíveis. A estratégia para avançar na direção da corresponsabilidade na sustentabilidade da vida será a democratização dos lares, que passa por reconhecer, em primeiro lugar, que o que ocorre dentro dos lares concerne ao conjunto social, que neles está sendo resolvido o conflito capital-vida e que, até agora está sendo feito de maneira profundamente injusta e desigual, sendo a origem da exclusão e desigualdade social em grande escala. (BLAS, 2018, p. 27/28).

Vamos assim batalhando por políticas públicas e divisão do trabalho doméstico e cuidados para garantir direitos, sabendo que o capitalismo é incompatível com esse projeto. Ao mesmo tempo acompanhamos iniciativas que colocam em xeque essa organização baseada na exploração e na competitividade. Importa pensar, portanto, outro projeto de sociedade. Neste sentido, as experiências das mulheres são inspiradoras, assim como a produção agroecológica, a experiência indígena e quilombola. É porque nós mulheres existimos que o mundo é melhor de se viver. Se a fome não é maior é porque as mulheres têm saberes ancestrais de cultivo, conservação, preparo e aproveitamento dos alimentos. A dor não é maior porque mulheres curam com seus saberes ancestrais, transformados em sopas, chás, cheiros, benzeções, bem como na presença profissional nos serviços de cuidados. Se há festa é porque mulheres dedicam

tempo para organizá-las. Onde a doença chega os homens saem. Um exemplo foi o que ocorreu com a epidemia do zika vírus que os homens/pais abandonaram as mulheres ainda grávidas ou logo depois. Toda fragilidade que se diz sobre as mulheres, os homens a exercitam ao se ausentaram dos quartos de hospitais, quando do adoecimento de familiares ou de suas próprias companheiras. Devemos creditar esse posicionamento ao machismo que impõe às mulheres tudo suportar e dá privilégio aos homens de poder não fazer, ao mesmo tempo que também os impede de espriar sua humanidade, aprofundar vínculos. Um certo feminismo me levou a não querer cozinhar, costurar, cuidar. Era preciso estar nos lugares de poder onde os homens estavam. Isso acabou por sobrecarregar ainda mais as mulheres pobres, as mais velhas. O feminismo das majorias permite e valoriza as experiências históricas das mulheres e as valorizam. Me permite reconhecer minha mãe.

O fracasso do capitalismo - patriarcal, racista, idadista, capacitista e lgbtfóbico - de oferecer uma vida digna para a maioria, nos dá a oportunidade de virar o jogo em favor das 99%. É a tarefa que nos impõe a barbárie do momento. Sigamos. Feminismo é revolução!

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%*: um manifesto. Tradução. Regina Candiani. Boitempo: São Paulo, 2019.

BLAS, Alicia. A Revolução dos Cuidados: táticas e estratégias . *Biodiversidade, Sustento e Culturas*. Número 97, julho de 2018. Disponível em: <www.centroecologico.org.br > [boletim_download](#)>. Acesso em: 15 nov.2009.

BRASIL (2012). INEP. PINHEIRO, L. & GONZALEZ, R. & FONTOURA, N. *Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Nota técnica n. 20830. Brasília.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e patroas. *Caderno Espaço Feminino* | v. 23 | n. 1/2 | p. 339-360 | 2010.

_____. Do silêncio ao preconceito: a (des)caracterização do emprego doméstico no pensamento acadêmico. *Revista História e Perspectivas*, n. 23, jan.-dez 2000, Uberlândia.

_____. *Trabalho em Domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas-de-casa no Triângulo Mineiro (1950-2005)*. São Paulo: PUC-SP, 2006. (Doutorado em História).

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução Viviane Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luíza Libânio. 4.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MÃENIFESTO, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/notes/8m-brasil/m%C3%A3enifesto-8m-santa-catarina-brasil/1364577346949961/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

MAGALHÃES, Acelí de Assis. *História de Mulheres: considerações sobre a privação e a privacidade na história das mulheres*. São Paulo: Altana, 2001.

PEDRO, J. M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PEDRO, J. M. & LEMES, L. B. A “Primavera das Mulheres” nos impasses atuais da democracia no Brasil. In: *Feminismos e democracia*. Org. Joana Maria Pedro, Jair Zandoná. - 1. ed. -Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

SCOTT, J. GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA. disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 20 out.2019.

Recebido em novembro de 2019.
Aprovado em dezembro de 2019.